

## PÁGINAS AVULSAS

1. Campinas no recenseamento do Marechal Müller . . . . .	37
2. Hércules Florence . . . . .	46
3. O Visconde de Indaiatuba e o trabalho livre em São Paulo . . . . .	61
4. Campinas vista por alguns viajantes estrangeiros do século XIX . . . . .	65
5. O "Centro de Ciências, Letras e Artes" e sua revista . . . . .	73
6. Fontes campineiras para o pan-americanismo . . . . .	89

\* \*

## 1. CAMPINAS NO RECENSEAMENTO DO MARECHAL MÜLLER\*

Documento da mais alta valia para o conhecimento da situação econômica, demográfica e social da Província de São Paulo na época da Regência, é o recenseamento determinado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837. Delas resultou um dos trabalhos mais completos no campo da estatística, tanto mais quanto sabemos da precariedade das fontes dessa natureza, quer para o período colonial, ou mesmo para o Brasil independente. Quando se pensa que só em 1872 realizou-se no país o primeiro recenseamento de âmbito nacional, e quando se considera as deficiências dos trabalhos que no gênero ocorre ainda nos nossos dias, somos levados a admirar imensamente o exaustivo trabalho determinado pela Assembléia Provincial de 1836 e do qual foi incumbido o Marechal-de-campo Daniel Pedro Müller, figura muito conhecida pelos trabalhos que havia executado na cidade de São Paulo e, sem dúvida, um dos personagens mais ilustres e mais em evidência no São Paulo daquela época.

Filho de pais alemães, nasceu Daniel Pedro Müller a bordo, ao transportar-se sua família para Portugal, onde pretendia fixar-se definitivamente. Em Lisboa recebeu fina educação ao lado de primorosa instrução, seguindo a carreira das armas e fazendo-se engenheiro militar.

(\*) Publicado originalmente com o título **Campinas há um século**, "a propósito do centenário de Bento Quirino", no "Diário do Povo", de 18 de abril de 1937, data centenária do grande campineiro. O A. iniciava seu artigo dizendo que "não tendo condições de escrever propriamente sobre Bento Quirino, pois muitos outros o fariam melhor, preferia tratar de Campinas na época em que ele nasceu". Revisto, ampliado e com o título atual, foi publicado na "Revista da Universidade Católica de Campinas", nº 29/30, dezembro de 1966, pp. 121 a 131.

Em 1802, veio para o Brasil como ajudante-de-ordens do capitão-general Antônio José da Franca e Horta, que governou São Paulo desde aquele ano até 1811. Pela sua cultura, chegou a exercer grande influência no ambiente paulistano de então, sendo ouvido e consultado sempre que se pretendia realizar alguma empresa de vulto. Como engenheiro, muitas obras executou, entre as quais a velha ponte do Carmo, o chafariz e a pirâmide do Piques, pirâmide que ainda existe, lembrando o governo provisional de 1814, em memória do qual foi erguida, figurando até hoje o nome **Memória** naquele logradouro público. Em 1821, sendo coronel, Müller participou do governo aclamado pelo povo de São Paulo em 21 de junho daquele ano, e foi quem marchou sobre Santos a fim de restabelecer a ordem perturbada na importante vila do litoral. Em 1836, pela lei provincial já referida, foi encarregado da grande "estatística" com a qual tanto nome grangeou, fazendo jus ao título de patriarca da estatística em nossa terra. Executou também um mapa da província e a 19 de agosto de 1842 faleceu com avançada idade e reformado no posto de marechal, depois de haver prestado assinalados serviços a São Paulo, legando-nos obras úteis e, hoje mais do que nunca, apreciadas pelo alcance de que se revestiram.

Durante os fins de 1836 e por todo o ano de 1837 desincumbiu-se o Marechal Müller da missão que o governo lhe confiara e em 1838 viu publicado seu **Quadro estatístico da Província de São Paulo**, impresso na tipografia de Costa Silveira, Largo de São Gonçalo, 14. Oitenta e cinco anos mais tarde, portanto em 1923, por iniciativa de Washington Luís, então presidente do Estado e sob os cuidados de Eugênio Egas, fez-se uma reedição desse importante trabalho, que representa, como já se disse de início, valiosa e indispensável fonte para o conhecimento das condições de vida da província de São Paulo naquela época.<sup>1</sup>

O que se pretende, neste capítulo, é respirar ao longo desse "quadro estatístico" os informes que possam interessar a Campinas, num momento em que a antiga Vila de São Carlos começava a afirmar a sua liderança entre as vilas do meio-oeste paulista.<sup>2</sup>

Achava o Marechal Müller que o fim da Estatística era dar de modo geral uma notícia do país no referente à sua extensão, descrição, administração, comércio, indústria, população, produção, ou seja, um verdadeiro inventário do país. Em duas partes podia ser dividida a Estatística: uma constante, referente à natureza do país, a qual devia ser tratada rapidamente para não confundir-se com a geografia, e outra

(1) Reedição literal a cargo da Seção de Obras d'"O Estado de São Paulo", 1923. Com uma biografia de Daniel Pedro Müller por Eugênio Egas e reprodução de um retrato do marechal, pintado por sua neta D. Elisa de Beaupaire Rohan: Aragão. 266 págs.

(2) Como não houve oportunidade de consulta à edição original, todas as referências de paginação utilizadas reportam-se à reedição de Eugênio Egas, de 1923.

variável, a qual, ao contrário, devia ser tratada com a maior minúcia possível. Era esta a parte mais importante, porque por ela se podia aquilatar o estado do país e acompanhar o seu desenvolvimento. Ao explicar o seu livro, expendia o Marechal conceitos interessantes sobre a importância e o valor do método adotado na realização de seu trabalho. Por exemplo, no referente à parte demográfica, assim escrevia (págs. XV-XVI):

“POPULAÇÃO. Pela idade e diferentes estados dos homens livres se conhece o número dos chefes de família e dos cidadãos que se podem empregar nos diversos misteres dum país. Pelo número existente dos escravos e sua comparação com os dos períodos antecedentes, conhece-se o aumento, a diminuição, a idade e sexo nas diferentes partes da Província e a quantidade dos que se dedicam ao trabalho. A classificação dos homens e das mulheres livres dá a diferença do número que há em cada um dos sexos. A igualdade de número de homens e mulheres, além de ser um bem para a sociedade, é uma prova de bons costumes e de que o povo é monógamo: grande diferença para mais nas mulheres é um indício de que o povo é polígamo, o que é contrário ao bom regime da sociedade. Se na comparação duns anos com outros se observa decrescimento considerável de homens em relação às mulheres, é de crer que houve emigração considerável, o que é prejudicial, porque a gente moça e robusta é a que ordinariamente sai do país. A soma dos que vêm de países estrangeiros deve ser subtraída da soma total da povoação própria, para se poder avaliar exatamente o crescimento ou diminuição. A diferença entre o número de nascidos e mortos dá a média do crescimento individual duma população. Se os nascidos excedem aos mortos, sinal é de abastança no povo, e ao mesmo tempo da ausência desses vícios e enfermidades, que a pobreza ou a insalubridade do clima traz consigo; o contrário anuncia no povo pobreza ou moléstias, e que seus vícios, misérias ou indolência estancam nele a ação reprodutiva. A soma dos nascidos repartidos pelos casados dá o número de filhos que proporcionalmente competem a cada um; se este número decresce, deve supor-se ou escassez de subsistência ou vícios que contrariam o sentimento natural da propagação da espécie, males que o Governo deve atalhar. A comparação entre os nascidos legítimos e naturais dá o estado dos costumes. A igualdade de nascimentos e óbitos, tanto nos livres como nos escravos, supõe igualdade de gozos para ambas as classes; a diferença notável supõe o contrário e deve despertar o Governo para tomar medidas a prol da classe miserável dos escravos. O número proporcional de casamentos prova moralidade no povo, e por isso mesmo anuncia prosperidade no país. Não é, porém, o avultado número de casamentos que concorre sempre para o aumento da população, pois acontece muitas vezes que uns tomam esse estado para se subtraírem aos deveres que pesam somente sobre os solteiros, outros o abraçam inconsideradamente sem se terem prevenido com os meios de subsistência necessários a uma família, considerações estas que devem excitar a vigilância do Governo. Não basta aumentar o número de indivíduos; releva também procurar que eles sejam úteis ou produtores; aliás, grande parte da prole apenas leva os lábios à taça da vida, perecem antes de os terem umedecido. Para se aumentar com fruto a população, cumpre cuidar não menos do seu crescimento do que dos meios de fazê-la ativa, fomentando os

melhoramentos das diferentes indústrias, para que assim, a par do crescimento da população, marchem a abundância e o bem-estar da sociedade e se aproveite a fecundidade de que a natureza dotou os homens”.

Por fim, entendia o Marechal Müller que a população tinha íntima conexão com a riqueza de um país, pois quanto mais numerosos fossem os homens, mais seriam as necessidades que eles procurariam satisfazer, mais valor teriam os objetos úteis que, segundo os climas, os gostos, os hábitos e até os caprichos, fossem por eles apetecidos e procurados. E ao terminar suas considerações em torno da população, lembrava a necessidade de um controle dos nascimentos, enquadrando-se na famosa lei de Malthus e invocando uma curiosa frase de Madame de Stael: “Multiplicar os nascimentos sem ilustrar e sem melhorar os destinos dos nascidos é preparar mais um manjar para a mesa da morte”.

Outro ponto importante na elaboração da estatística era a agricultura, principalmente em se tratando do Brasil, o país essencialmente agrícola, da já clássica chapa. O conhecimento do aumento ou diminuição da produção era de grande necessidade, pois constituía a fonte de prosperidade da população. E assim se conhecia a quantidade e a qualidade dos gêneros consumidos e exportados, bem como as necessidades da vida agrícola, quais as culturas que deviam ser melhoradas etc.

O comércio também não devia ser descuidado. O valor dos produtos devia ser estudado em sua marcha e a importação e exportação devia ser regulada para se saber se a situação dominante era ou não vantajosa ao país. As indústrias mostravam a maneira por que eram empregados os capitais, os melhoramentos existentes e os exigidos pelo estado de cultura e desenvolvimento da província. De importância capital era o aspecto econômico: as finanças deviam ser reguladas e uma severa economia devia presidir a arrecadação e distribuição dos capitais (pág. XVIII).

O clima devia ser considerado — e muito — principalmente quanto à sua influência nas moléstias (pág. XVIII).

Quanto aos estabelecimentos públicos (pág. XIX), devia-se indagar de sua fundação, seu progresso, as rendas com que eram mantidos e se preenchiam as finalidades para que foram instituídos. Assunto também capital era a instrução, “mola real da prosperidade de um país, que suaviza os costumes e faz os homens mais cordatos, mais urbanos, mais respeitadores dos direitos alheios”. Era de grande necessidade saber-se dos crimes perpetrados dentro de determinados períodos, para assim se conhecer o estado de moralidade do povo, assunto a que o legislador devia prestar a mais viva atenção; e a administração judicial merecia um capítulo à parte: devia-se tomar conhecimento dos que trabalhavam neste ramo de serviço público, dos limites das divisões judiciárias, distritos de paz etc.,

para se acudir ao pronto recurso das partes e mais fácil administração da justiça. Quanto à parte militar, julgava-a o nosso autor extremamente essencial, devendo ser examinada seriamente a fim de saber-se se satisfazia às necessidades de defesa, pela sua distribuição, recrutamento etc.

Assim entendia o Marechal Müller que se devia fazer a estatística. Mas, infelizmente, as autoridades locais nem sempre souberam corresponder à sua boa vontade e o livro saiu com algumas falhas. Muito se desculpou o Marechal destas lacunas e muito advertiu aos seus leitores.

Com preciosa síntese histórica e geográfica da província de São Paulo preenche o Marechal a primeira parte de seu livro ( págs. 3 a 32 ) e na segunda parte passa a tratar da vida ativa da província. Para melhor exposição, foi esta dividida em seis comarcas ( aliás divisão oficial ), com 24 termos, de acordo com as várias regiões de São Paulo. A terceira comarca, à qual pertencia Campinas, era composta de quatro termos ( do 11º ao 14º ), formados pelas seguintes vilas, respectivamente: Jundiá, São Carlos ( Campinas ), Mogi Mirim e Franca. Todas estas localidades eram "cabeças do Termo". As freguesias anexas a estes termos eram: Belém ( hoje Itatiba ), anexa a Jundiá; Caconde, Casa Branca e Mogi-Guaçu anexas a Mogi-Mirim; Cana Verde ( atualmente Batatais ) anexa a Franca. A Campinas não havia nenhuma freguesia anexa. Contavam-se, ainda, na comarca, as seguintes capelas curadas: Serra Negra, São João da Boa Vista, Penha ( atual Itapira ) e São Simão, todas no termo de Mogi-Mirim, e Cajuru e Nossa Senhora do Carmo ( hoje Ituverava ) no termo de Franca.

Sobre Campinas ( então denominada São Carlos ), cabeça do 12º termo, assim escreveu o Marechal Müller ( págs. 57/58 ):

"Esta povoação foi erecta em Vila no ano de 1797; atualmente prospera pelos férteis terrenos que existem no seu distrito; compreende 6.689 habitantes. Na Vila tem os edifícios públicos da casa da Câmara e Matriz ( orago São Carlos ),<sup>3</sup> ambos medíocres; cuida-se porém em edificar uma nova igreja. Confina com os distritos das Vilas de Mogi-Mirim, Jundiá, Constituição ( atualmente Piracicaba ), Itu e Bragança.

Suas distâncias em léguas às povoações limítrofes: a Mogi-Mirim, 11 léguas, a Jundiá 8, a Constituição 12, a Itu 9 1/2 e a Bragança 9.

**Distâncias a que ficam seus limites nas estradas, partindo da Vila:** na de Mogi-mirim 5 1/2 ( ponte nos rios Atibaia e Jaguari ); na de Jundiá 3 1/2; na de Constituição 5 1/2; na de Itu 2 1/2; na de Bragança 5.

**Divisão dos Distritos de Paz.** Todo o Município se divide: 1º distrito, 8 quarteirões; 2º distrito, 11; 3º distrito...; 4º distrito...; 5º distrito...; 6º distrito... ( sem informações ).

(3) Aqui, incidiu o Marechal Müller num engano: por chamar-se São Carlos, entendeu ele fosse este santo o orago de nossa terra. A invocação religiosa de Campinas foi sempre Nossa Senhora da Conceição.

Administração da Justiça. Juiz municipal 1, Promotor 1, Juiz de Órfãos 1, Juizes de Paz 6; Juizes de Fato ( que podem ser eleitos ), 160, Escrivães 2, Advogados 2.

Residem neste distrito 5 sacerdotes ( clero secular ), 1 cirurgião, 1 coletor de rendas públicas e 205 pessoas que, sabendo ler e escrever, têm decente subsistência.

Ocupam-se seus habitantes na cultura da cana-de-açúcar, algum café e mantimentos. Não tem terrenos devolutos”.

Era a seguinte a produção de Campinas ( pág. 126 ): **Café**, 8.081 arrobas. **Açúcar**, 158.447 arrobas. **Aguardente**, 7.399 canadas. **Arroz**, 3.672 alqueires. **Farinha de mandioca**, 952 alqueires. **Feijão**, 21.015 alqueires. **Milho**, 96.789 alqueires. **Fumo**, 358 arrobas. **Porcos**, 3.137. **Gado cavalariço**, 221. **Gado muar**, 29. **Gado vacum**, 687. **Gado lanífero**, 134. **Valor**: 308:325\$ 620.

Quanto à população, ( pág. 139 ), possuía Campinas 6.689 habitantes, distribuídos em 969 fogos e assim divididos: **Homens** — até 10 anos: 233 livres e 368 escravos; de 10 a 20 anos: 240 livres e 316 escravos; de 20 a 30 anos: 344 livres e 360 escravos; de 30 a 40 anos: 248 livres e 433 escravos; de 40 a 50 anos: 96 livres e 233 escravos; de 50 a 60 anos: 96 livres e 112 escravos; de 60 a 70 anos: 68 livres e 98 escravos; de 70 a 80 anos: 15 livres e 22 escravos; de 80 a 90 anos: 7 livres e 6 escravos; mais de 90 anos: 3 livres e 4 escravos. **Mulheres** — até 10 anos: 226 livres e 344 escravas; de 10 a 20 anos: 231 livres e 324 escravas; de 20 a 30 anos: 332 livres e 327 escravas; de 30 a 40 anos: 374 livres e 341 escravas; de 40 a 50 anos: 88 livres e 281 escravas; de 50 a 60 anos: 89 livres e 223 escravas; de 60 a 70 anos: 54 livres e 88 escravas; de 70 a 80 anos: 16 livres e 30 escravas; de 80 a 90 anos: 8 livres e 5 escravas; mais de 90 anos: 4 livres e 2 escravas.

Como acontecia em quase todo o meio-oeste, o número de escravos superava o de livres. A situação agravar-se-á ainda, por mais algum tempo, especialmente quando Campinas se afirmar como a verdadeira “capital agrícola” da província. Capital agrícola e centro escravista, embora esta função, felizmente, não tivesse longa duração. E sabem todos que os fazendeiros campineiros eram famosos pelo rigor com que tratavam seus escravos, a tal ponto que, na província do Rio de Janeiro, constituiria séria advertência para o escravo que se comportasse mal ameaçar de vendê-lo para Campinas... Não nos esqueçamos, por outro lado, que Campinas experimentou muito cedo as vantagens do trabalho livre, com a iniciativa do Visconde de Indaiatuba na sua fazenda **Sete Quedas**.

Quanto à “classificação por estados” ( pág. 153 ), havia em Campinas 1838 pessoas casadas, 3978 solteiras com menos de 30 anos, 544 solteiras com mais de 30 anos e 320 pessoas viúvas. E pelas classes sociais, assim se distribuía a população ( pág. 160 ): brancos, 859 homens e 866 mulheres; pardos livres, 531 homens e 501 mulheres; pardos cativos, 623.

homens e 548 mulheres; pretos crioulos livres: 9 homens e 3 mulheres; idem cativos: 832 homens e 818 mulheres; pretos africanos livres, 2 homens e 1 mulher; idem escravos, 534 homens e 552 mulheres.

A **casualidade da população** (pág. 178) estava nesta altura em Campinas: 52 casamentos livres e 33 de escravos; 311 nascimentos livres e 226 de escravos; 117 óbitos livres e 144 de escravos. Não havia nenhum exposto. Na tabela "Comparação dos nascidos com os mortos" Campinas figurava com 587 nascimentos para 261 falecimentos, acusando-se, portanto, um excesso de 276 nascimentos. E na classificação dos nascimentos e óbitos por sexos, a antiga Vila de São Carlos aparecia desta maneira: nascimentos livres: 67 do sexo masculino e 61 do feminino; nascimentos escravos: 17 masculinos e 10 femininos; óbitos livres: 14 do sexo masculino e 6 do feminino e óbitos escravos, 5 homens e 1 mulher.

No capítulo reservado à história judiciária, queixava-se o Marechal do quanto eram vulgares na província os crimes de homicídio e ferimentos, procedidos, a seu ver, da impunidade e estragada moral, que inspiravam a muitos, aos quais, surdos aos preceitos da lei natural, não lhes importavam senão a vingança de uma inclinação feroz. E além do mais, a facilidade que tinham os moradores de mudar de domicílio pela falta de polícia vigilante, alimentava o rancor dos que praticavam semelhantes atentados.

Achava o Marechal de toda a conveniência multiplicar os meios que inspirassem a prevenção de semelhantes crimes, ainda mais que se tratava de uma região pouco povoada e cuja população andava constantemente armada, o que já constituía grande passo na direção do crime. E havia gente que se orgulhava de haver perpetrado alguns crimes! E os meios mais próprios para a repressão do crime eram, no entender de Müller, de um lado a escola, e de outro a adoção de leis criminais, mas com severa aplicação. Entendia o nosso autor que a pena não devia ser aplicada apenas com o intuito de punir o crime, mas também com o de preveni-lo, e isto só se podia conseguir com a aplicação de medidas convenientes para impedir a reincidência do criminoso e separá-lo da sociedade; o meio para isto era a prisão, não aquelas prisões conhecidas, verdadeiras masmorras, mas casas de correção que pudessem corrigir o criminoso sem atormentá-lo. E ao terminar estas considerações, prestava o Marechal uma homenagem ao grande filantropo Howard, que viajou por toda a Europa visitando as cadeias para colher material para este interessante fim, falecendo na Criméia em 1790, quando, ainda a benefício da humanidade, pesquisava alguns meios para evitar o "mal da peste".

Quanto aos crimes em Campinas, registrava Müller o seguinte: 7 de morte, 7 ferimentos, 1 contusão, 1 de injúria, 1 de suspensão de emprego, 1 de adultério, 3 de roubos, 4 de desobediência, 12 de uso de armas proibidas. No julgamento, verificou-se este resultado: dos 27

acusados, 12 foram absolvidos e os outros 15 trancafiados na prisão; a única criminosa existente foi condenada, bem como dois escravos, dos três condenados.

Observa em seguida Müller que, de acordo com o Título 7, Capítulo 2 da Constituição do Império, havia em cada vila uma câmara municipal que se regulava pela lei de 19 de outubro de 1828 e instruções do decreto de 3 de dezembro de 1832. Competia às câmaras a limpeza e conservação das ruas, pontes, chafarizes e mais obras públicas, fiscalizar os pesos e medidas, os açougues e a venda de gêneros alimentícios; devia multar quando necessário e os seus membros eram eleitos de quatro em quatro anos.

No mesmo ano de 1837, a 7 de janeiro, havia tomado posse a câmara que deveria atuar até 1840 e que assim se constituía: Presidente, Custódio Manuel Alves; Vereadores: Padre João Albertino de Seixas, Antônio Joaquim de Sampaio Peixoto, Justiniano de Melo Franco, José de Campos Souza, Joaquim Quirino dos Santos e José de Souza Campos. À câmara anterior, presidira o distinto e prestante campineiro Antônio Benedito de Cerqueira Leite.

Havia na Província de São Paulo a **Força Armada das Guardas Nacionais**, que era distribuída por todo o interior e organizada conforme as populações das cidades, vilas e freguesias. E em cada freguesia existiam ainda as **Guardas Policiais** que se compunham do restante da população, e cujo fim era manter em cada distrito as funções policiais, segundo as determinações de autoridades encarregadas; formava uma espécie de tropa de terceira classe, mais numerosa do que as guardas nacionais, porém composta dos moradores mais pobres e menos disciplinados. Em Campinas havia 300 guardas-nacionais, sendo 220 de infantaria e 80 de cavalaria; os primeiros se dividiam em três companhias e os segundos constituíam uma apenas.

E quais as profissões existentes em Campinas naquela época? O recenseamento do Marechal Müller arrolava 4 músicos, 4 marceneiros, 39 carpinteiros, 26 ferreiros, 5 seleiros, 5 ourives, 19 alfaiates, 32 sapateiros, 2 caldeireiros e 1 funileiro.

Sobre o aspecto religioso das vilas do interior muito pouco escreveu o nosso Marechal. No que diz respeito a Campinas, anotou apenas a existência de três Irmandades: a do Santíssimo Sacramento, a de Nossa Senhora do Rosário e a de São Benedito. Sobre o estado espiritual dos campineiros, nem uma palavra sequer. E quanto à instrução, era Campinas imensamente atrasada: possuía apenas duas escolas de primeiras letras, contando uma 28 e outra 45 alunos, perfazendo o total de 73.

Pela sua qualidade de engenheiro-militar, muito particularmente interessou-se o Marechal Müller pelas estradas existentes

na Província, sua conservação, fiscalização etc. Propôs até que se criasse na Capital um Conselho de Estradas, composto do Secretário do Governo, Juizes de Paz, Diretor do Serviço Topográfico e do Oficial da Secretaria encarregado destes negócios, e que seria presidido pelo presidente da Província. A este Conselho seriam subordinados outros conselhos regionais em cada vila e que seriam constituídos pelos Juizes de Paz, pelos presidentes das câmaras e por alguns proprietários mais abastados, os quais nomeariam os competentes inspetores, encarregados de zelar pelas estradas. Achava o Marechal que a conservação das estradas era objeto de capital importância e que todas as classes contribuiriam livremente se vissem o seu dinheiro bem empregado no melhoramento dos caminhos, pois o aperfeiçoamento das comunicações daria à indústria, ao comércio, à vida do país, enfim, uma nova atividade.

Campinas era servida por uma boa estrada que, partindo de São Paulo, aqui se bifurcava: seguia uma para Mogi-Mirim em demanda do Triângulo mineiro e Goiás, e a outra seguia para a vila da Constituição (hoje Piracicaba), dali passando a Araraquara e depois a Franca, onde se entroncava com a primeira.

Acompanha o trabalho do Marechal Müller um interessante mapa esquemático dos itinerários das principais estradas da província, mapa este executado em Campinas por Hércules Florence, pelo sistema poligráfico, de sua invenção, como está escrito no rodapé: "S. Carlos, 1837 — Poligrafia de Hércules Florence, inventor desta nova arte". Como de comum acontecia, mais uma vez associava-se Hércules Florence a realizações de grande vulto. Aliás, era como que natural que o trabalho do patriarca da estatística no Brasil viesse complementado com um do patriarca da iconografia paulista, como tão sábia e justamente chamou a Hércules Florence mestre Afonso de Taunay.

O **Quadro Estatístico** do Marechal Müller, no qual foram respigadas algumas informações relativas a Campinas — e apenas respiga, sem quaisquer comentários — fixa um momento muito importante da história de São Paulo, qual seja aquele em que as áreas do meio-oeste, de que Campinas vai ser o núcleo principal, começa a adquirir importância no conjunto da província. Será de muito interesse um estudo comparativo, com base ainda no trabalho do Marechal, desse meio-oeste com uma zona mais antiga, como, por exemplo, o vale do Paraíba. Este conservava, ainda, a primazia na produção do café, enquanto que a região de Campinas era fortemente açucareira. Vinte ou trinta anos mais tarde, um "quadro estatístico" que porventura fosse elaborado, apresentaria uma situação totalmente diferente: o chamado "Norte" de São Paulo decairia sensivelmente, enquanto que o meio-oeste, progressivamente, assumia a liderança econômica da província. Liderança que virá a afirmar-se de maneira mais expressiva com a era ferroviária e com os movimentos de

colonização e imigração, ambos na segunda metade do século. E então a velha vila de São Carlos, agora novamente denominada Campinas, fará jus ao título de **capital agrícola de São Paulo**.<sup>4</sup>

\*

## 2. HÉRCULES FLORENCE\*

O velho bonde da “Tração” — linha 9, **Botafogo** — descia pachorrentamente a rua Saldanha Marinho. Quase no fim desta via pública, antes de passar a Culto à Ciência e, depois, retornar pela Andrade Neves, precisava embarafustar por uma pequenina e estreita rua, de apenas uma quadra, que servia de ligação entre as duas primeiras, já nas imediações do tradicional Ginásio do Estado. A manobra exigia habilidade dos motorneiros, pois dada a estreiteza da minúscula rua, o velho bonde quase ia de encontro à casa da esquina, com inevitável susto dos passageiros, dos transeuntes e especialmente dos moradores da casa, que eventualmente estivessem à varanda. Garoto residente nas imediações, divertia-me vendo a complicada manobra que fazia o bonde quase saltar dos trilhos. A minúscula rua tornou-se-me, por isso, bastante familiar. Lembro-me de que a casa da esquina ostentava uma placa indicativa do nome da rua, coisa rara em Campinas, que foi sempre uma cidade deficiente em matéria de emplacamento de ruas. Na placa da casa do lado esquerdo de quem entrasse pela rua, lia-se **Rua Hércules Florence**. O sobrenome, obviamente, não me era estranho. Sabia que no Guanabara existia uma rua de igual sobrenome, não me passando pela cabeça, contudo, a menor associação entre os dois nomes homenageados. Embora menino, via freqüentes referências a numerosos e dignos Florences, provavelmente parentes daquele que, para mim, era apenas o nome da rua onde o bonde “Botafogo” virava...

Um dia, perguntei à minha professora do grupo escolar quem era Hércules Florence. O mais que ela soube dizer-me foi que lhe parecia ter sido um francês que aqui residira há muito tempo. Nada mais. E naquela idealização da professora que, para o pequeno aluno de grupo, era necessariamente a pessoa que mais devia saber, não me ocorreu perguntar a mais ninguém a respeito do homem que começava a me intrigar. Se minha

(4) Registre-se que o **Quadro Estatístico** do Marechal Müller, foi reeditado fac-similarmente, com base na 2ª edição, pelo Governo do Estado de São Paulo, na preciosa **Coleção Paulística**, vol. XI, com excelente introdução de Honório de Sylos (1978). (\*) Conferência proferida por Odilon Nogueira de Matos na sessão especial, comemorativa do centenário do falecimento de Hércules Florence, em 27 de março de 1979, no auditório da Academia Campinense de Letras.